



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Registro de Reunião

REUNIÃO DE ARTICULAÇÃO CBH GD7

No dia 13 de maio de 2022, às 17h00min, em Passos/MG, na sede da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande - AMEG, também sede do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande - CBH GD7, estiveram reunidos em evento híbrido representantes das diretorias dos comitês de bacia afluentes mineiros do Rio Grande, representantes da empresa EDERSUL, representante do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU, representante da Associação Brasileira de Cimento Portland - ABCP, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, representantes da diretoria do Comitê Federal do Grande, representante da diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Rio São Francisco - CBH SF1, representantes da câmara de Vereadores de Cássia-MG, representantes dos Movimentos Sociais Pró-Furnas 762 e Pró-Peixoto 663, para tratar da seguinte pauta:

17h00min – Abertura da reunião pelo presidente do CBH GD7 – André Luiz Rodrigues;

17h05min – Mobilização Regional pela Fixação das Cotas 762m em Furnas e 663 em Peixoto (Mascarenhas de Moraes) – Braz Pagani – Presidente da EDERSUL, Empresa de Desenvolvimento Regional do Sul de Minas;

17h10min – Soluções de Drenagem com o uso de Tecnologias Inovadoras a Base de Cimento Portland – Lincoln Raydan – engenheiro, diretor da ABCP, Associação Brasileira de cimento Portland;

17h25min – Procedimentos de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Lagos de Furnas e Peixoto para Usos Múltiplos – José Nelson de Almeida Machado – Engenheiro Sanitarista e Ambiental – Consultor de gestão de serviços de saneamento e recursos hídricos;

17h55min – Perguntas e Debates;

18h30min – Informes;

19h00min – Encerramento pelo presidente do Comitê.

As apresentações destacaram os resultados até então alcançados com a obtenção do reenchimento dos lagos de Furnas e Peixoto, decorrentes da aplicação da Resolução da ANA 110/2021 e da Emenda Constitucional em Minas Gerais nº106/2020, que conservam as cotas mínimas requeridas para o uso múltiplo das águas através da restrição de vazão turbinada para a geração de energia elétrica nas usinas que possuem reservatórios de acumulação, caso das usinas de Furnas e de Marechal Mascarenhas de Moraes. Esse acúmulo de maneira mais perene, que não acontecia há mais de 10 anos, permitiu o surgimento de uma expectativa muito positiva de avançar com o aprimoramento da regulação estatal para os usos múltiplos da água. A necessidade e um uso e ocupação do solo corretas no entorno dos lagos, tecnologias mais eficientes para drenagens em áreas urbanas e áreas rurais, combate ao assoreamento dos lagos, sistemas de recuperação energética de resíduo sólido urbano para geração de energia elétrica, novas plantas de saneamento básico, especificamente para tratamento de esgoto dos municípios limieiros, a proteção dos biomas que captam a água da chuva e promovem acumulação de longo prazo, demandas que bem executadas, com projetos estruturados, possuem sinergia com os objetivos dos desenvolvimento regional e nacional, alinhadas com as melhores práticas mundiais.

A ideia foi abrir o comitê de bacia para ouvir as vozes de segmentos interessados em executar obras de infraestrutura com fim de compor esforços por mais segurança e sustentabilidade nas operações de todos os empreendimentos envolvidos no uso da água. Essa cooperação de esforços, essa união de forças políticas e econômicas, cujo interesse é mais disponibilidade hídrica e qualidade da água, visou interesses de estado, com união das iniciativas pública e privada. O diálogo técnico permanente entre os Ministérios de Minas e Energia - MME, Ministérios do Desenvolvimento Regional - MDR, Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, Conselhos Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais - CERH-MG, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, Empresa Brasileira de Pesquisa Energética - EPE, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Operador Nacional do Sistema - ONS, Agentes de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, Comitês de Bacia, usuários consuntivos e não consuntivos, movimentos sociais dos atingidos pelos impactos dos usos da água, é o objetivo ambicioso que se propõe. Um planejamento de longo prazo para os usos da água, com a manutenção de cotas mínimas dos lagos de Furnas (762) e Peixoto (663), baseado nos pilares da sustentabilidade e da responsabilidade social, trará prosperidade para Minas Gerais e para o Brasil. Entendendo que a vida das pessoas está nas cidades e no seus entornos, o meio ambiente, o

turismo de negócios e de lazer, as infraestruturas de serviços e os transportes náuticos, os equipamentos urbanos e das áreas que margeiam os lagos, a pesca e a piscicultura, as economias regionais e a própria geração de energia no país serão impactadas com esse planejamento de forma positiva, o que diminui as tensões nos conflitos pelo uso da água e envolve toda a comunidade de usuários para soluções estruturadas. O avanço dessa agenda de projetos é importante e estratégico. O objetivo da articulação é que essa pauta seja sistemática e permanentemente discutida e acompanhada por todas as instituições que se fizeram representar e construção de soluções em conjunto com os órgãos regulatórios e de decisão da União Federal, conforme relato do presidente do CBH GD7, André Luiz Rodrigues.

Marcelo Fonseca, Diretor do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, agradeceu o convite e iniciativa. O representante do Movimento Social Pró Furnas 762, Maria Elisa Ordones, contextualizou todo histórico do Grupo e frentes que atuam na revisão das outorgas. Lamentou que alguns documentos e/ou estudos não estão acessíveis, tais como as contribuições dos comitês afluentes que sequer foram considerados nas outorgas atuais, na falta dos comitês afluentes mineiros na construção do Termo de Referência dos estudos sobre os usos múltiplos da água nos lagos de Furnas e Peixoto e a disponibilidade hídrica para geração de energia. José Edilberto, agradeceu o convite e a iniciativa do GD7 sobre o evento, pontuando que uma das falas mais importantes foi a da arquiteta Du Leal que integra o grupo do projeto (em face de uma faringite, falou o estritamente necessário), porém, ressaltou o quão relevante são os planos diretores municipais. Sobre esta manifestação, reiterou que este é o ponto fulcral de todos os impactos sobre os recursos hídricos, pois alguns municípios sequer possuem plano de saneamento, bem como ignoram os planos diretores de bacia, mesmo sendo alertados pelos comitês. Destacou sobre a recém aprovação do PNRH, PESB e que alguns municípios revisaram os planos diretores e estes instrumentos não dialogam com a bacia. Diferente do que foi apresentado, o GD6 está 100% na porção mineira e todos os 27 municípios estão em MG, e que alguns possuem o PMSB. Lembrou a presença de tribos indígenas na área da bacia do Rio Grande. Comentou sobre uma constante preocupação, na área do GD6 sobre os rejeitos radioativos armazenados no Planalto de Caldas e em Poços de Caldas. Acrescentou que na produção de energia a partir de resíduos sólidos o segmento da reciclagem não pode ser alijado do processo, uma vez que há uma cadeia que sobrevive destes e realizam um trabalho importante, que é a conversão/reinserção de materiais que possuem valor econômico. Outro aspecto que ainda não está sendo devidamente observado pelos municípios é a logística reversa de produtos que já possuem normatização, tais como eletrônicos, medicamentos, lâmpadas, etc. Sobre a vocação de Minas Gerais, Poços de Caldas e Furnas, todos conectados pela água, esse deve ser o fio condutor de um projeto regional para promover efetivamente todo o potencial que essa região possui, águas minerais raras e com propriedades medicinais, além dos atrativos naturais que estas por si só já o fazem, mobilizando uma cadeia turística forte. Outro aspecto que foi apresentado que é uso de pavimentos permeáveis no meio urbano com a funcionalidade de denagem de águas pluviais e de diminuir custos de manutenção no longo prazo. Adicionalmente a esta adoção os municípios devem restaurar e preservar as áreas de preservação permanentes (APP) urbanas ao invés de ocuparem essas áreas de forma desordenada, além de manutenção das unidades de conservação (UC) que constam mapeadas no Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) Grande, que também promovem conservação do solo e melhoria de performance da drenagem da bacia. Ainda, sobre a grande presença de macrófitas nos lagos, indicativos de poluição sanitária e ocupação antrópica. Sobre os usos múltiplos do lago, cientes que este é um comando legal da Lei da Águas (Lei nº 9.433/97), que neste particular o local para discutir os conflitos narrados pelos antecessores é o CBH Grande, assim, convocado os presentes para demandarem do Comitê o seu papel e dirimir todos os conflitos ora apresentados, num primeiro momento os identificando-os e trazerem ao parlamento das águas. E por fim, mencionado sobre o ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 09/2016/ANA - PACTO PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE formatada no ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA GESTÃO INTEGRADA DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, celebrado entre os ESTADOS DE MINAS GERAIS E DE SÃO PAULO, E OS COMITÊS COM ATUAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE, e da, DELIBERAÇÃO CBH-GRANDE Nº 28/2016, DE 10 DE AGOSTO DE 2016 (Ad Referendum), que aprova a celebração do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, que trata de deste acordo de cooperação e o Plano de Trabalho, parte integrante do Acordo. O presidente da Associação do Circuito Turístico Lago de Furnas - ACILAGO, Thayse de Castro, reiterou o discurso da Maria Elisa, da necessidade de acessarem os estudos de contaminação e que os CBH's efetivamente deem suas contribuições bem como estes estejam públicos e figurando no site do CBH, manifestou sobre o projeto de realizar um Fórum de Uso Sustentável do Lago de Furnas, com a presença de todos os Comitês e a intenção realizá-lo em Poços de Caldas, com apoio do CBH Grande. Prosseguiu com necessidade das revisões das cotas de Furnas e Peixoto, pauta dos Grupos Todos por Furnas e Peixoto e usos múltiplos do lago. Presidente da Empresa de Desenvolvimento Regional do Sul de Minas – EDERSUL, Braz Pagani, que propôs a criação de um grupo restrito para tratar deste tema e dar prosseguimento no projeto. O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Alto São Francisco - CBH SF1, Dirceu de Oliveira Costa, agradeceu o convite e divulgou suas experiências nos projetos Bocaina, Passos, Formiga, Piumhi, conservadores das águas e PSA.

O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – CBH GD7, André Luiz Rodrigues, agradeceu a presença de todos, as 20h05min encerrou a reunião.

Representação Estatal:

Estado de Minas Gerais, Marcelo Fonseca, Diretor do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

Representação Paraestatal:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU/MG, Presidente: Edwiges Leal.

Representantes de comitês de bacia presentes:

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – CBH GD7 - Presidente: André Luiz Rodrigues (anfitrião);

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Rio Grande - CBH GD1 - Presidente: Paulo Roberto Machado Carvalho;

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Alto São Francisco - CBH SF1 - Presidente: Dirceu de Oliveira Costa;

Comitê da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande - CBH GD2 - Presidente: Gustavo Alvarenga Rodrigues;

Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas - CBH Furnas - Presidente: Maria Isabela de Souza;

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande - CBH GD8 - Presidente: Hideraldo Buch;

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo CBH GD6 - Conselheiro: José Edilberto da Silva Resende;

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande - CBH Grande - Presidente: Hideraldo Buch e Vice-Presidente: Maria Isabela de Souza.

Políticos:

Luiz Adriano (Priminho) de Souza Machado, Partido PSC, Vereador de Cássia-MG;

Isabel Aparecida Ribeiro (Belinha), Partido PL, Ex-vereadora de Passos-MG;

John Lennon Cardoso, Partido Avante, Vereador de Cássia-MG.

Iniciativa Privada:

Empresa de Desenvolvimento Regional do Sul de Minas – EDERSUL, Presidente: Braz Pagani e o Consultor Engenheiro Sanitarista e Ambiental: José Nelson de Almeida Machado;

Associação Brasileira de Cimento Portland - ABCP, Engenheiro Civil e Gerente Regional: Geraldo Lincoln Raydan;

Escritório Beggiano & Leal - B & L Arquitetura, Arquiteta e Diretora: Edwiges Leal;

Associação do Circuito Turístico Lago de Furnas - ACILAGO, Presidente: Thayse de Castro;

Movimento Social Pró Furnas 762, Turismóloga representante: Maria Elisa Ordonez;

Movimento Social Pró Peixoto 663, Vereador de Cássia-MG: Luiz Adriano (Priminho) de Souza Machado;

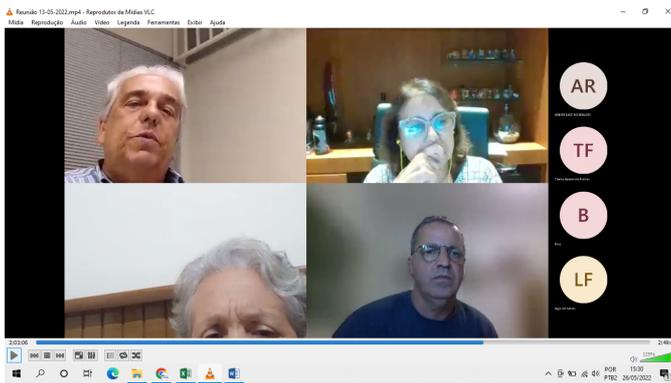
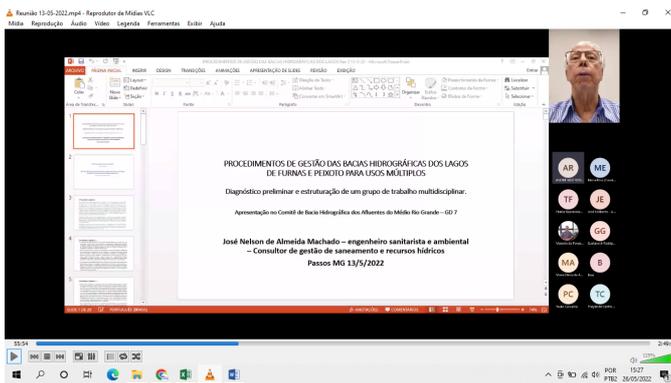
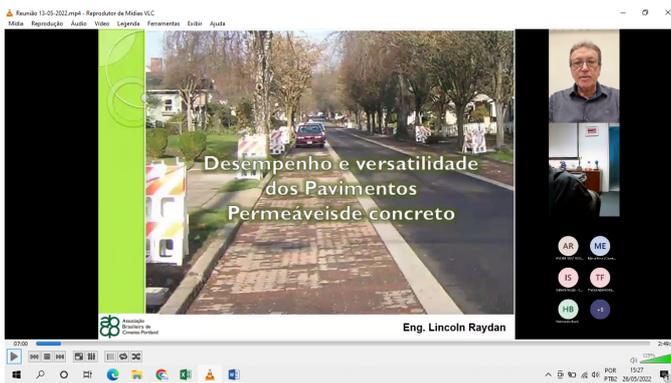
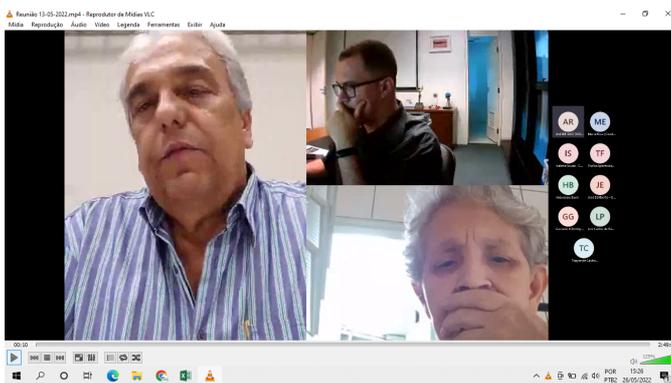
Nascentes das Gerais: Luiz Carlos de Pádua.

Ouvinte:

Maria Olívia de Araújo.

Anexo I







Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Rodrigues, Presidente(a)**, em 26/05/2022, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46585082** e o código CRC **70ECF8DB**.

Referência: Processo nº 2240.01.0001737/2019-72

SEI nº 46585082